

NEGRITUDES TRANSVIADAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE MARCADORES RACIAIS EM VIOLÊNCIAS LGBTFÓBICAS NO BRASIL

Joalisson Oliveira Araujo¹

Eixo temático: Estudos das Interseccionalidades: classe, desigualdades de gênero e sexualidades

Resumo: ao me debruçar sobre recentes estatísticas que dizem respeito a violências e violações que acometem pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) pude dar conta de que, quando o marcador de cor e etnia é trazido à tona, não lhe é oferecido um papel de destaque enquanto categoria analítica. Para fins desta análise, então, tomo como bases de dados as cifras expressas no Mapa da Violência de Gênero no Brasil e no Dossiê de Lesbocídio no Brasil, bem como de mapeamentos, levantamentos e seus respectivos relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação. A partir deste cenário, intentei encarar de modo interseccional as investidas necropolíticas contra corpos negros dissidentes em identidades de gênero e sexualidades. Tais corpos racializados, sexualizados e generificados são encarados como vidas menos dignas de serem vividas e, apesar dos índices funestos – acometidos ainda pela subnotificação que só será resolvida com a institucionalização de marcadores sobre identidade de gênero e sexualidade nos registros de violências –, celebram o corpo, amam a vida e constroem estratégias, institucionais ou não, de resistência.

Palavras-chave: LGBTfobia. Violência. Interseccionalidade. Necropolítica.

*Eu determino que termine aqui, e agora;
eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo;
determino que termine em nós, e desate;
e que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas,
que tenham outros problemas
e encontrem novas soluções,
e que eu possa viver nelas,
através delas,
em suas memórias.*

(Oração – Linn da Quebrada)

¹ Discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). araujojow@outlook.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/DS).

1 “Baseado em carne viva, em fatos reais”

Ao cantar preces, pedir bênçãos e clamar por amor às “bixas” e “travas”, Linn da Quebrada e Liniker² denunciam, mais uma vez, o ódio que paira contra corpos cis-hetero-dissidentes neste país, que detém recordes em mortes violentas destes mesmos corpos. “Oração” - lançada sob a *hashtag* “Estamos Vivas” - é, além disso, uma celebração à vida, ao amor próprio e à r-existências que cindem a cisnorma.

Para além da importância simbólica dos dias 20 de novembro³, as comunidades negra e LGBT comungam outros atravessamentos, como a racialização dessas coletividades, agrupadas e submetidas a experiências de subalternização; ademais, o estudo teratológico de corporalidades não-brancas, não-cisgêneras e não-heterossexuais lhes cartografa espacialidades, lhes delega condições de inteligibilidade e existência (BUTLER, 2017) enquanto humanidade. Sua classificação como perversos, pervertidos, cognitivamente deficientes, monstros, enviados do demônio ou personificações dele próprio (GALEANO, 2005, LEITE JR, 2008, FERREIRA; HAMLIN, 2010) é fruto de construções sócio-históricas consubstanciadas nos discursos científico e jurídico.

Nos levantamentos realizados por organizações não-governamentais e agências internacionais que cravam estatísticas em mortes violentas de pessoas LGBT, nem todas se atentam ao marcador racial, mesmo sendo uma marca indelével da vida vivida de tais sujeitos. Quando tal categoria aparece, entretanto, não lhe é dado relevo suficientemente satisfatório nestas análises, carecendo encarar, então, a face necropolítica (MBEMBE, 2016) da violência direcionada a corpos negros dissidentes em gênero e sexualidade. É necessário, então, promover

² A faixa “Oração” foi lançada oficialmente em 2 de novembro de 2019, com letra e voz de Linn da Quebrada e voz e piano de Liniker Barros. O coro é performado por Verónica Valentino, Ventura Profana, Urias, Danna Lisboa, Alice Guél e Jup do Bairro, todas mulheres trans e travestis, negras em sua maioria. O clipe oficial se encontra disponível no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>

³ No Brasil, à data é atribuído, segundo a Lei n. 12.519/2011, o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, escolhida em razão do dia da morte de Zumbi dos Palmares a 1695, a fim de refletir e valorizar o povo negro e sua existência no país. A data, internacionalmente, também abriga o *Transgender day of remembrance* (TdoR, dia da memória transexual, em tradução livre), ocasião em que se prestam homenagens e às vidas de pessoas trans e travestis e outros gênero-divergentes que tiveram suas vidas tomadas pela transfobia.

uma consideração interseccional sobre estes corpos generificados e sexualizados e racializados.

Na primeira seção organizo quais bases de dados serão usadas para fazer a análise, que se procederá na seção seguinte, quais sejam o Mapa de Violência de Gênero no Brasil e o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, além dos levantamentos, mapeamentos e relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE).

Ao fim, reflito que é inegável que a cor da pele e caracteres fenotípicos (bem como outros marcadores, como faixa etária, região, escolaridade, profissão) cria novos parágrafos nas gramáticas de vida destas pessoas, tornando-as indignas de ser celebradas e seu luto desmerecido de ser chorado (BUTLER, 2015). Não obstante, apesar dos índices atrozes – ainda acometidos pela subnotificação –, enquanto “#EstamosVivas”, vivem, r-existem através de a(r)tivismos, dizem palavras indiscutíveis (LATOURET, 2004) com suas línguas selvagens (ANZALDUA, 2009). Se agremiam politicamente, denunciam, sonham, amam e celebram o corpo.

2 “Estou procurando, estou tentando entender”

Ao hiato do Estado em produzir estatísticas de mortes com motivação homo-les-bi-transfóbica, respondem algumas organizações com a feitura de sua própria base de dados. Desde os idos de 1980 o Grupo Gay da Bahia (GGB) se compromete em compilar notícias nos meios de comunicação hegemônicos a fim de produzir relatórios anuais.

Ademais, desde 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) – e posteriormente em conjunto com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) – passou a mapear (ANTRA, 2019) e relatar (ANTRA, 2018, ANTRA; IBTE, 2019) casos relacionados unicamente à violência transfóbica, contando para isso não só com levantamento de notícias em jornais e portais de notícias, como também com denúncias feitas diretamente às instituições.

Além disso, Milena Peres, Suane Soares e Maria Dias (2018) são precursoras ao analisar especificamente o panorama do lesbocídio no Brasil, entre os anos de

2014 e 2017, fruto de atividades do grupo de pesquisa *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*, vinculado ao Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIS/UFRJ), tendo gerado o *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017*.

Em julho de 2019 houve a publicação do *Mapa da Violência de Gênero no Brasil*, sob coordenação de Maria Lutterbach, se constituindo uma ferramenta online e interativa elaborada pela agência Gênero e Número com apoio da Alianza Latinoamericana para la Tecnología Cívica (ALTEC), que se embasa, atualmente, em dados coletados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) de 1996 a 2016 e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017, organizados de forma a promover o amplo acesso a dados relacionados à violência contra mulheres e pessoas LGBT no país.

3 “É o sangue dos meus que escorre pelas marginais”

O Grupo Gay da Bahia relata que “420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homolesbotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%)” (2019, p. 1) , havendo um decréscimo de 6% em relação a 2017, quando registraram 445 mortes, definido como o número recorde desde que iniciaram a contabilização.

Destes, detalham mais à frente que “em termos absolutos predominaram as mortes de 191 Gays (45%), seguido de 164 Trans (39%), 52 Lésbicas (12%), 8 Bissexuais (2%) e 5 Heterossexuais (1%)” (2019, p. 2), justificando a inclusão de cis-heterossexuais como indivíduos que foram confundidos com gays ou por terem envolvimento direto com a cena ou pessoas LGBT quando foram assassinados.

Quando se ocupam do marcador “cor das vítimas”, constatam “a mesma regularidade dos anos anteriores, predominando 213 brancos (58,4%), seguidos de 107 pardos (29,3%) e 45 pretos (12,3%)”, somando-se, então, “41,5% LGBT não brancos e 46,8% LGBT brancos” (2019, p. 5). Apontam, nessa análise, duas nuances: a primeira, de que as ocorrências que vitimam a juventude negra não se refletem necessariamente na comunidade LGBT pois “os LGBT brancos, por

pertencerem geralmente a estratos sócio-econômicos mais elevados, se tornariam mais vulneráveis a latrocínios” (2019, p. 6).

Já os “LGBT negros, oriundos de camadas mais populares, teriam maior habilidade para reconhecer e evitar riscos de eventual violência letal” (2019, p. 6), posto que, “via de regra as vítimas ocupam situação sócio-econômica superior a seus assassinos.” (2019, p. 7). Mais à frente, anotam que as pessoas negras vitimadas são 48% gays; 47% travestis e transexuais; e 28% lésbicas. Ao fim, sentenciam: “cai por terra, portanto, o mito que ‘a carne mais barata no mercado é a carne negra’, já que 52% das trans, *em sua maioria profissionais do sexo*, foram identificadas nas reportagens policiais ou nas fotos dos jornais como brancas e *apenas 14% pretas.*” (2019, p. 6, grifo meu).

De acordo com o Mapa da Violência de Gênero no Brasil (2019a) e boletins da agência Gênero e Número (2019), em 2017 se (a)feriu uma média de 225 (duzentos e vinte e cinco) pessoas em ocorrências de violência LGBTfóbica *por dia!* Tendo registros, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) que, entre 2014 e 2017, houve 257.764 ocorrências no período em relação a pessoas cuja orientação sexual consta como homo ou bissexual ou com identidade de gênero não identificada ou ignorada. Já a pessoas trans e travestis, foram computados 12.112 registros.

Inclusive, o Mapa demonstra: “a taxa nacional de violência contra pessoas trans em 2017 foi de 2 casos a cada 100 mil habitantes” em que oito dos vinte e sete estados da federação ficaram acima da média nacional: “Tocantins (9), Roraima (7), Acre (5), Mato Grosso do Sul (5), Minas Gerais (4), Amapá (3), Alagoas (3) e São Paulo (3)” (2019a, *online*).

Segue ainda que “nos casos de violência física contra pessoas homo/bi, 57% eram negras, 26% brancas, 7% indígenas e 1% amarela (nas 9% restantes não há registro de raça)”, enquanto que “nos registros de violência física contra pessoas trans, 62% eram negras, 26% eram brancas, 4% indígenas e 2% amarelas (2% não teve a raça registrada).” (2019b, *online*).

Em se tratando de pessoas trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) denuncia que, apesar da subnotificação mordaz, foi possível apurar a ocorrência de “179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e

Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos.” (ANTRA, 2018, p. 14), dos quais **“80% dos casos foram identificadas como pessoas negras e pardas”**. (2018, p. 18).

Justificam tal cena com o argumento de que aproximadamente 90% das travestis e transexuais estarem em situação de prostituição, por conta da expulsão escolar⁴, exclusão social e familiar, bem como a consequente dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Como a maioria das assassinadas são do gênero feminino **“e 70% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo”**, sendo que **“55% deles aconteceu nas ruas”** (2018, p. 18).

Isto demonstra – argumentam – não só uma clara investida misógina à negritude mas também um ódio às prostitutas, fincado num caractere cultural de representação simbólica daquela que mercadeja o próprio corpo, que “sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles”. (2018, p. 18).

Já sobre o ano de 2018, a ANTRA em cooperação com o IBTE, sucederam **“163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos”**. (ANTRA; IBTE, 2019, p. 15). Embora tenha havido uma redução nas ocorrências de um ano a outro, ambas instituições atribuem à subnotificação e não a uma real diminuição das violências, nem letais, nem verbais, psicológicas, morais, sexuais etc.

Novamente, **“65% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo. 60% deles aconteceu nas ruas”** (2019, p. 19), e ainda: **“não muito diferente de 2017, 82% dos casos foram identificadas como pessoas negras e pardas**, ratificando o triste dado dos assassinatos da juventude negra no Brasil”, e, mais uma vez ponderam que **“Travestis e Transexuais negras são maioria**

⁴O termo “evasão escolar” não é usado há um tempo pelas entidades trans, em especial ANTRA e IBTE, pois entendem que não há uma sorte de escolha em evadir-se ou não, mas sim um movimento institucional e sistemático em excluir, expulsar esses corpos dissidentes dos ambientes formais de ensino.

na prostituição de rua. Proporcionalmente, são estas as que tem os maiores índices de violência e assassinatos” (2019, p. 20), e as que tem menos acesso a políticas públicas.

Acrescentam um adendo sobre a majoritária percepção de mulheres trans e travestis na prostituição, pois “não há dados sobre o percentual de homens trans que estejam atuando na prostituição”, sendo que, “em geral, estes acabam pelo atendimento em privês e locais que promovem uma maior segurança. A escolaridade desta parcela da população é inversamente proporcional a baixa escolaridade das Travestis e Mulheres Transexuais.” (2019, p. 19).

O mapa da ANTRA, atualizado ao longo do ano – e que serve de embasamento para o relatório publicado no ano subsequente – já contabiliza 103 assassinatos a mulheres e homens trans, travestis, dos quais a 17 não foi possível obter dignidade o suficiente sequer para que as reportagens os identificassem com nomes (ANTRA, 2019), o que denota um ataque a sua dignidade e cidadania mesmo quando sobrevém a morte (BUTLER, 2015).

A última atualização do mapa se deu a 1º de novembro, e somente quatro estados ainda não haviam registrados mortes de pessoas trans: Acre, Amapá, Santa Catarina e Sergipe. Não há condição de elencar marcadores de cor/etnia das pessoas vitimizadas, mas se pode assegurar, mais uma vez, que a maioria delas eram travestis e mulheres trans e, mais uma vez, em situação de prostituição.

O transfeminicídio acompanha, infelizmente, tendências do direcionamento racial do feminicídio a mulheres cis-: o número de mulheres negras cisgêneras assassinadas em função da condição de gênero cresceu 54% enquanto o índice de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período, entre 2003 e 2013 (BRASIL, 2018); “de acordo com o *Atlas da Violência* [do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], a taxa de mortalidade das mulheres negras, ao contrário do valor absoluto somando todas as mulheres, *aumentou em 22% no ano de 2015*” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 22, grifo meu).

O dossiê sobre lesbocídio no Brasil (PERES; SOARES; DIAS, 2018) faz levantamentos de 2014 a 2017, evidenciando o caráter étnico em suas análises: em 2014, ocorreram 16 mortes de lésbicas no Brasil (53% negras, 47% brancas); em 2015 foram registradas 26 mortes de lésbicas no Brasil (38% negras, 62% brancas);

em 2016, 30 mortes (38% negras, 59% brancas, 3% indígenas); e em 2017, contabilizaram 54 mortes (43% negras, 57% brancas), que, em números absolutos, do total de 126 registros de assassinatos e suicídios, correspondiam a 42% negras, 57% brancas e 1% indígenas.

A despeito do resultado de suas incursões a campo, as autoras advertem que “é muito provável que os números reais de mortes de lésbicas indígenas e negras seja superior ao número de mortes de lésbicas brancas”, mas como trabalham com os registros feitos a partir de dados coletados da mídia brasileira, “as notificações das mortes de lésbicas brancas são superiores ao das lésbicas das demais raças/etnias.” (2018, p. 78), tendo feito este trabalho com a intenção de que a visibilidade destas lacunas possa promover uma melhoria na qualidade das divulgações e conseqüente maior alinhamento entre o número de registros e o de óbitos.

4 “Não queimem as bruxas, mas que amem as bixas”

Apresento como (in)conclusões alguns de meus incômodos, a que partilho: depois deste breve e controverso balanço estatístico, cabe evidenciar que alguns corpos são mais entendidos como matáveis que outros, devido a uma matriz branca, cissexista, heteronormativa, patriarcal e racista, que formam o limiar de inteligibilidade em corpo, gênero, desejo e cor/etnia. Tudo que difere à hegemonia normativa normalizadora, portanto, é entendido como desigualdade, subalternização e escusa para extirpação.

A controvérsia e disparidade entre alguns dados reside no desinteresse de sucessivos governos em institucionalizar, no sistema de registros e notificações de mortes e modalidades de violências, marcadores que digam respeito a identidade de gênero e sexualidade das pessoas vitimizadas, para que tantas mortes motivadas por ódio homo-les-bi-transfóbico parem de ser encaradas como “crimes passionais”, “fatos isolados” ou “ligações com o tráfico de drogas”.

Outra condição que contribui para isso é o fato de a metodologia de coleta usada pela maioria das entidades incluir buscas em veículos de comunicação e, como uma das facetas de atuação do racismo à brasileira é a invisibilização, muitos

dados deixam de ser computados – ou não o são adequadamente –, constituindo uma “cifra negra” que dificulta em significativo a produção de dados, análises estatísticas e a feitura de políticas públicas.

Enfim, o que tais índices necropolíticos revelam é uma condição que ainda metamorfoseia tais corpos-cada-vez-mais-matáveis em existências monstruosas, resvalando em práticas sexistas e LGBTfóbicas, encimada pelo racismo, diuturno e sistemático nas relações estabelecidas.

No entanto, em lugar de deixarem-se levar por estas trampas, engodos e violações, os mesmos corpos-matáveis (in)surgem devires e estratégias de re-existência em várias frentes: na arte, em vozes como Linn da Quebrada – cujos versos nomeiam as seções deste texto – Liniker, Hiran, Luedji Luna, Xênia França, Doralyce, Bia Ferreira, dentre outras; na política institucional, como Érica Malunginho (e sua assessora parlamentar, Maria Clara Araújo), Érika Hilton e Robeyoncé Lima; no ensino formal, como Megg Rayara Gomes de Oliveira e Letícia Caroline Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus e no corpo militar, Bruna Benevides, Segunda Sargento da Marinha. Onde só haveria mortandade e subjugação, há um afã pela produção de um novo mundo possível, que urge, ebule e se monta.

Referências

ANZALDUA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, RJ, n. 39, p. 297-309, 2009. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/traducao.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019. (Traduzido por Joana Plaza Pinto, Karla Cristina dos Santos. Revisão da tradução de Viviane Veras).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Salvador: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos casos de assassinatos de travestis, mulheres transexuais e homens trans no território brasileiro no ano de 2019**. Salvador: ANTRA, 2019. 1 mapa, interativo, color., Google My Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1FzwwQqhwym_DzFydXGj6onWYf

[Fky1NKy&ll=-12.76869108277472%2C-27.807583078124992&z=5](https://www.fky1nky.com.br/2019/11/12/76869108277472%2C-27.807583078124992&z=5). Acesso em: 12 nov. 2019

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Salvador: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Direitos Humanos. **Mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio e pela criminalização do aborto**. 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/548218-mulheres-negras-sao-as-mais-atingidas-pelo-femicidio-e-pela-criminalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 18 out. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Revisão técnica de Joel Hirman. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Coleção Sujeito e História).

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 811-36, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a10.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

GALEANO, Eduardo. Los diablos del Diablo: eternos chivos expiatorios de Occidente. **Le Monde Diplomatique en español**, Valencia [Espanha], n. 74, ago. 2005. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article129184.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da Violência de Gênero: Mulheres são quase 67% das vítimas de agressão física no Brasil**. Rio de Janeiro, 11 jul. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mapa-da-violencia-de-genero-mulheres-67-agressao-fisica/>. Acesso em: 19 set. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2018**. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/08/relatorio.2018-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Traduzido por Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauro, SP: EDUSC, 2004.

LEITE JR, Jorge. **"Nossos corpos também mudam"**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LINN DA QUEBRADA [Linna Pereira]. **Oração**. 2019. São Paulo: Selo independente. 1 faixa (6 min). (Composição e interpretação: Linn da Quebrada. Voz e piano: Liniker Barros. Coro: Verónica Valentino, Ventura Profana, Urias, Danna Lisboa, Alice Guél e Jup do Bairro).

LINN DA QUEBRADA [Linna Pereira]. **Pajubá**. 2017. São Paulo: Selo independente. 1 disco compacto (46 min).

LUTTERBACH, Maria (Coord.) **Mapa da violência de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2019. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. **Brasil teve 225 casos de violência contra pessoas LGBT+ por dia em 2017**. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2019a. (LGBT). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. **Mato Grosso do Sul teve maior taxa do país de violência contra lésbicas, gays e bissexuais em 2017**. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2019b. (Notícias da Região Centro-Oeste). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-51, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PERES, Milena C. C.; SOARES, Suane F.; DIAS, Maria C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesbocídio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.